

Canal Energia – 17/06/2009

ESS: ONS nega falta de transparência em despacho fora da ordem de mérito

Hermes Chipp contesta artigo de **Claudio Sales**, sobre encargo relativo à geração térmica

Fábio Couto, da Agência Canal Energia, Negócios

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, **Hermes Chipp**, fez considerações a respeito do artigo publicado pelo presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales** a respeito dos Encargos de Serviço de Sistema. Em nota encaminhada à Redação da Agência CanalEnergia, o executivo nega falta de transparência nos custos e benefícios relativos ao despacho fora da ordem de mérito e ressalta que o risco de déficit não é uma ferramenta apropriada para atendimento no curto e curtíssimo prazos.

A Agência CanalEnergia publicou na última segunda-feira, 15 de junho, o artigo de **Sales**, intitulado "Quem deve pagar a conta do ESS?", no qual afirma que o governo é quem deve assumir a conta do encargo, pelo fato de tê-lo criado, com a implantação do despacho fora da ordem de mérito. O artigo foi motivado por debate sobre quem deve pagar a conta do ESS, que está estimada em R\$ 800 milhões em 2009, contra cerca de R\$ 2,3 bilhões em 2008.

Chipp contesta a uma "suposta falta de transparência" e afirma na nota que todos os valores apontados no Programa Mensal de Operação Eletroenergética são acompanhados pelos agentes associados do operador, "não havendo, portanto, qualquer surpresa quanto a esses dados, expostos com total transparência, assim como no que tange à metodologia que os sustentam".

Ele ressalta que o PMO é um produto público e oficial do ONS. "Além da significativa participação dos Agentes no PMO, a aplicação da metodologia de procedimentos operativos de curto prazo, aprovada em Audiência Pública da Aneel, produz números que são discutidos num foro técnico, no qual os Agentes têm acesso a todas as propostas comerciais e operativas elaboradas pelo ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nesta instância pública estes números são aprovados. Logo, não há nenhuma falta de transparência", comenta o executivo.

Ainda de acordo com Chipp, o risco de déficit é, de fato, uma ferramenta essencial para o planejamento de médio prazo da operação, assim como para o planejamento da expansão. "Mas, para o atendimento no curto e no curtíssimo prazos, ele é absolutamente inapropriado. São horizontes diferenciados que merecem distintas interpretações", afirma.